



Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco

Concurso Público

CARGO 2: ASSISTENTE TÉCNICO DE INFORMÁTICA E ADMINISTRAÇÃO

Avaliação de Potenciais



Aplicação:
8/12/2004

MANHÃ

CESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Unidade Especializada para Provas Escritas

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **cento e vinte** itens, correspondentes à Avaliação de Potenciais, corretamente ordenados de **1 a 120**.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso; a cada item cuja resposta diverja do gabarito oficial definitivo, além de não marcar ponto, o candidato recebe pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 4 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante a avaliação, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração da avaliação é de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Ao terminar a avaliação, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA

- I **9/12/2004**, a partir das 10 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares da Avaliação de Potenciais: Internet — www.cespe.unb.br e quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II **10 e 11/12/2004** – Recursos (Avaliação de Potenciais): formulários estarão disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br.
- III **11/1/2005** – Resultados finais da Avaliação de Potenciais e do concurso: Diário Oficial do Estado de Pernambuco e Internet — www.cespe.unb.br.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 11 do Edital n.º 1/2004 – TCE/PE, de 2/9/2004.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 448 0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção da sua prova.
- Nos itens que avaliam **Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS E ESPECÍFICOS

Com referência à Constituição Estadual e à Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE/PE), julgue os itens a seguir.

- 1 No que diz respeito ao julgamento das contas anuais do governador, o modelo federativo foi estendido simetricamente. Desse modo, preserva-se sempre a competência do Poder Legislativo para julgar as contas do chefe do Poder Executivo.
- 2 Compete ao TCE/PE a apreciação, para fins de registro, da legalidade do ato de admissão de pessoal, a qualquer título, nas fundações instituídas ou mantidas pelo poder público, inclusive nas nomeações para cargo de provimento em comissão.
- 3 Uma empresa de cujo capital o estado participe de forma direta ou indireta está submetida ao controle do TCE/PE, nos termos de convênio ou de acordo constitutivo autorizado pela Assembléia Legislativa.
- 4 No exercício do poder normativo regulamentar que a lei lhe confere, o TCE/PE está limitado a estabelecer normas procedimentais aplicáveis exclusivamente aos seus serviços internos.
- 5 Se, em virtude de incêndio no prédio do TCE/PE, comprovadamente alheio à vontade do responsável, o tribunal ficar impossibilitado de julgar o mérito das contas de determinado administrador, nesse caso, tais contas serão consideradas iliquidáveis, porém, o tribunal não poderá ordenar o trancamento dessas contas.
- 6 Considere que, na execução de um contrato de uma obra pública, o gerente de uma construtora, em conluio com um gestor público estadual, acarretou injustificado dano ao erário. Nesse caso, haverá, necessariamente, tomada de contas especial, e o TCE/PE definirá a responsabilidade individual do servidor e do gerente da construtora.
- 7 Prestação de contas especial é o procedimento administrativo de entrada e saída de dinheiro, bens e valores públicos elaborada pela autoridade competente por meio dos serviços contábeis e com base na tomada de contas especial, quando da omissão no dever de prestar contas pelo gestor ou responsável pela aplicação dos recursos públicos.

De acordo com as regras constitucionais aplicáveis ao controle externo no âmbito federal, julgue os itens que se seguem.

- 8 O Tribunal de Contas da União (TCU), embora atue como órgão auxiliar do Congresso Nacional, não pode, por iniciativa própria, realizar inspeções e auditoria nas unidades administrativas do Poder Legislativo.
- 9 Considere a seguinte situação hipotética.
O Banco do Brasil S.A. (BB) ajuizou ação contra ato do TCU, no qual lhe foi determinada a instauração de tomada de contas especial para verificar fatos ocorridos em uma de suas agências relativamente à concessão de crédito.
Nessa situação, a referida ação deverá prosperar, uma vez que, pelo entendimento recente do Supremo Tribunal Federal (STF), não compete ao TCU fiscalizar as operações creditícias do BB inerentes à sua atividade no mercado, por ser o referido banco sociedade de economia mista e por não constar tal competência no texto constitucional.
- 10 A fiscalização orçamentária da União é exercida pelo Congresso Nacional e pelo sistema de controle interno de cada poder e deve levar em consideração os aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade.
- 11 Compete ao TCU fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União, inclusive por meio de acordo com os estados.
- 12 De acordo com o STF, não desrespeita a Constituição Federal a outorga de competência às assembleias legislativas para o julgamento das contas dos tribunais de contas estaduais.
- 13 Conforme a Constituição Federal, tem dever de prestar contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumira obrigações de natureza pecuniária.
- 14 O tribunal de contas, ao apreciar a legalidade do ato de aposentadoria de determinado servidor, considera o ato em conformidade com a lei e procede seu registro. Nesse caso, mesmo que, posteriormente, o órgão concedente verifique ilegalidade no ato praticado, não poderá revogá-lo ou anulá-lo sem submeter o caso à apreciação do tribunal de contas.

Quanto à administração pública e à reforma do Estado contemporâneo brasileiro, julgue os itens seguintes.

- 15 O termo governança refere-se às condições políticas de gestão do Estado.
- 16 Compete ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome a atribuição de qualificação de entidades do terceiro setor, como as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs).
- 17 A Lei n.º 9.790/1999, que institui a figura da OSCIP, permite que seus dirigentes sejam remunerados.
- 18 O termo de parceria é o equivalente, para as OSCIPs, ao contrato de gestão na mediação de seu relacionamento com o setor público, devendo dele constar objetivos e metas passíveis de monitoramento periódico.
- 19 Não há impedimento de ordem geral para que uma organização social procure se habilitar como OSCIP.
- 20 Qualquer pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos pode solicitar qualificação junto ao Poder Executivo como organização social.
- 21 Um contrato de gestão firmado entre o poder público e uma entidade qualificada como organização social deve sempre ser submetido, após aprovação pelo conselho de administração da entidade, ao ministro de Estado ou à autoridade supervisora da área correspondente à atividade fomentada.
- 22 Treinamento *on the job* é uma prática inadequada na implementação de programas de qualidade total.
- 23 As atribuições das agências reguladoras incluem a formulação de políticas para os setores regulados.
- 24 Existem divergências políticas e conceituais quanto à independência e autonomia das agências executivas, tanto em termos de subordinação hierárquica aos ministérios setoriais quanto ao grau de autonomia administrativa e financeira.

No que tange aos direitos e garantias fundamentais, à organização do Estado e aos servidores públicos, julgue os itens a seguir.

- 25 Com a finalidade de estimular a participação popular na defesa dos interesses coletivos, a Constituição Federal conferiu legitimidade a qualquer cidadão e partido político para impetrar mandado de segurança coletivo na defesa de direitos difusos e coletivos.
- 26 Ainda que o Ministério Público Federal e o Poder Judiciário constatem que município de determinado estado vem descumprindo lei federal, não poderá ser decretada intervenção da União nesse município.
- 27 A exigência constitucional de concurso público para acesso aos cargos e empregos públicos tem fundamento no princípio constitucional da moralidade, mas, juridicamente, não tem relação com o princípio da igualdade.

No referente às finanças e à administração pública, julgue os seguintes itens.

- 28 Para que o poder público realize despesas de capital que excedam um exercício financeiro, é necessário que elas estejam previamente contempladas no plano plurianual, não bastando a previsão dessas despesas na lei orçamentária anual.
- 29 O princípio da publicidade exige que os atos do poder público sejam levados ao conhecimento da sociedade, mas essa necessidade é afastada sempre que o administrador entender que a publicação pode ser prejudicial aos interesses do órgão ou ente público e registrar por escrito suas razões.
- 30 De acordo com o modelo estabelecido na Constituição da República, as autarquias somente podem ser criadas por lei ordinária ou, no caso dos estados-membros, por decreto do governador do estado, desde que haja lei estadual anterior que assim lho autorize.

Com relação às licitações e aos contratos administrativos, julgue os itens subseqüentes.

- 31 Considerando os critérios de julgamento das licitações, previstos na legislação federal sobre o tema (Lei n.º 8.666/1993), e a despeito da regra geral que estabelece o menor preço como o determinante para o sucesso dos concorrentes, é possível e juridicamente válido que, em determinada licitação, a proposta vencedora não seja a que tenha consignado o menor preço.
- 32 Nos contratos em geral, vige a regra segundo a qual as cláusulas e condições não podem ser alteradas unilateralmente; no caso dos contratos administrativos, porém, essa regra cede ante a prevalência do interesse público, representado pela administração, a qual pode, em certos casos e dentro de certos limites, promover alterações unilaterais do contrato, ou seja, mesmo contra a vontade do contratado particular.

A respeito de atos administrativos, julgue os itens que se seguem.

- 33 Segundo a doutrina especializada, os atributos dos atos administrativos incluem, entre outros, a presunção de legitimidade e a imperatividade; a primeira significa que esses atos devem ser considerados válidos até prova em contrário, ou seja, eles gozam de presunção relativa de legitimidade.
- 34 Os atos administrativos ditos discricionários correspondem àqueles em que todos os elementos e atributos são definidos pelo julgamento do administrador, se bem que estes devem necessariamente estar direcionados à busca da satisfação do interesse público.

Texto I – itens de 35 a 48



Internet: <<http://embratur.gov.br>>.

Um grupo de 600 turistas desembarcou no aeroporto de Guararapes, em Recife, para uma visita de 10 dias. Desses turistas, 260 visitaram também Olinda, 300 visitaram Porto de Galinhas, 80 visitaram Fernando de Noronha, 140 visitaram a ilha de Itamaracá e 30 preferiram ficar somente na cidade de Recife, desfrutando de suas belezas e seus pontos históricos.

Considerando que os 570 turistas, a cada dia, estavam visitando uma das quatro localidades mencionadas no texto I, excluindo a cidade de Recife, julgue os itens seguintes.

- 35 A porcentagem dos 600 turistas que não visitaram Olinda é inferior a 62%.
- 36 Os turistas que foram para Olinda visitaram somente Olinda, e os que foram para a Ilha de Itamaracá visitaram unicamente este lugar.
- 37 A probabilidade de que um dos 600 turistas selecionado ao acaso no aeroporto de Guararapes esteja indo visitar Fernando de Noronha é inferior a 0,15.
- 38 Todos os turistas que visitaram a Ilha de Itamaracá também visitaram todos os outros locais mencionados no texto.
- 39 Em determinado dia não havia nenhum desses turistas em Fernando de Noronha nem em Itamaracá.

Texto II – itens de 40 a 48

Considere que os turistas mencionados no texto I que visitaram Fernando de Noronha somente visitaram esse lugar. Além disso, 100 turistas visitaram somente Olinda, 50 visitaram somente a Ilha de Itamaracá, 40 visitaram somente Olinda e a Ilha de Itamaracá, e 30 visitaram somente a Ilha de Itamaracá e Porto de Galinhas.

Com base nas informações dos textos I e II, julgue os itens a seguir.

- 40 Menos de 4% dos turistas visitaram os três locais: Ilha de Itamaracá, Olinda e Porto de Galinhas.
- 41 O número de turistas que visitaram Olinda e Porto de Galinhas foi superior a 80.
- 42 O número de turistas que visitaram somente Porto de Galinhas foi inferior a 140.
- 43 A probabilidade de que um turista não tenha visitado somente Olinda é superior a 0,29.

Considere os seguintes conjuntos de turistas:

- O – dos que visitaram Olinda;
- P – dos que visitaram Porto de Galinhas;
- I – dos que visitaram a Ilha de Itamaracá;
- R – dos que ficaram somente em Recife;
- A – dos que visitaram somente Olinda e Porto de Galinhas;
- B – dos que visitaram somente Fernando de Noronha;
- C – dos que visitaram Olinda e não visitaram Porto de Galinhas ou visitaram Porto de Galinhas e não visitaram Olinda.

A partir dessas informações e dos textos I e II, e considerando que os símbolos \cup e \cap representam, respectivamente, união e interseção de conjuntos, e \bar{Q} é o complementar do conjunto Q, julgue os itens que se seguem.

44 $A = (O \cap P) \cap (\overline{P \cap O \cap I})$.

45 $B = \overline{O \cup P \cup I \cup R}$.

46 $C = (A \cap \bar{B}) \cap (B \cap \bar{A})$.

47 $A = A \cup (A \cap B)$.

48 $A \cup C = O \cup P$.

RASCUNHO

1 A informação está cada vez mais ao nosso alcance.
Mas a sabedoria, que é o tipo mais precioso de
conhecimento, essa só pode ser encontrada nos grandes
4 autores da literatura. Esse é o primeiro motivo por que
devemos ler. O segundo motivo é que todo bom pensamento,
como já diziam os filósofos e os psicólogos, depende da
7 memória. Não é possível pensar sem lembrar — e são os
livros que ainda preservam a maior parte da nossa herança
cultural. Finalmente, e este motivo está relacionado ao
10 anterior, eu diria que uma democracia depende de pessoas
capazes de pensar por si próprias. E ninguém faz isso sem ler.

Harold Bloom. *Leio, logo existo*. In: *Veja*, 31/1/2004 (com adaptações).

Julgue os seguintes itens, a respeito das idéias e das estruturas
lingüísticas do texto acima.

- 49 O texto apresenta três razões para se ler os grandes autores da literatura.
- 50 Na linha 1, o advérbio “mais” confere variação analítica de grau ao substantivo “informação”.
- 51 Na linha 5, com a flexão de plural na forma verbal “devemos”, o autor se inclui e inclui os leitores na ação que explicita em seguida: “ler”.
- 52 Pela construção textual, depreende-se que, apesar de serem formas verbais, os vocábulos “pensar” e “lembrar”, ambos na linha 7, estão empregados como substantivos.
- 53 Preservam-se a correção gramatical e a coerência textual ao se substituir o travessão, à linha 7, por vírgula ou por ponto-e-vírgula.
- 54 A expressão “herança cultural” (ℓ.8-9) resume a idéia que o autor ora expressa como “informação”, ora como “sabedoria”, ora como “conhecimento”, empregando tais substantivos como sinônimos textuais.
- 55 Mantêm-se as relações semânticas e a correção gramatical do texto ao se substituir o substantivo masculino “motivo” (ℓ.9) por um correspondente no feminino, **razão**, desde que, na expressão “ao anterior” (ℓ.9-10), o termo sublinhado seja substituído por **à**.
- 56 Mantém-se a coerência textual com o emprego do coletivo **gente** em lugar de “pessoas” (ℓ.10), mas será obrigatória a substituição do plural nos adjetivos “capazes” e “próprias”, ambos na linha 11, para que seja preservada a correção gramatical.

1 A liberdade de expressar-se, como todas as
liberdades, esbarra no limite do óbvio: a liberdade de um não
pode, em nenhuma hipótese, causar dano à liberdade legítima
4 do outro. Para que a liberdade encontre limites, há a sanção
da lei. O Código Penal estabelece punição contra quem
infame ou calunie usando informações falsas ou incorretas.
7 Os agentes do Estado podem sempre recorrer à lei, quando
se julgarem atingidos.

A verdade — ou a verdade possível, como podemos
adjetivá-la — é um direito de todos nós, conforme o belo e
curto texto de Montesquieu sobre o assunto. E a verdade
sobre as coisas do governo, ainda mais. A fidelidade dos
10 cidadãos se expressa, em primeiro lugar, pela vida, pela
liberdade e pela autonomia de seu povo e na guarda de seus
valores morais e de seu patrimônio material, que se
13 identificam como *res publica*. O Estado é uma forma de
estabelecer a ordem e defender a nação.

Mauro Santayana. *Ética, imprensa e governo*.
In: *Correio Braziliense*, 18/12/2003 (com adaptações).

Tendo por base o texto acima, julgue os itens subseqüentes.

- 57 A inserção de **as pessoas** antes do verbo “expressar-se” (ℓ.1) — com este empregado na forma flexionada: **expressarem-se** — preservaria a correção textual e gramatical.
- 58 Os dois-pontos depois de “óbvio” (ℓ.2) introduzem um esclarecimento, uma conseqüência do que enuncia a primeira oração do texto; admitem, por isso, a substituição pela expressão **ou seja** entre vírgulas.
- 59 É obrigatório o uso do sinal indicativo de crase em “à liberdade” (ℓ.3) e em “à lei” (ℓ.7) porque tanto a expressão “liberdade legítima do outro” (ℓ.3-4) como “lei” (ℓ.7) estão empregadas em sentido definido e são precedidas por artigo.
- 60 Preservam-se a coerência textual e a correção gramatical ao se substituir o trecho “que a liberdade encontre limites” (ℓ.4) por **a liberdade encontrar limites**.
- 61 Depreende-se das idéias do texto que o verbo “recorrer” (ℓ.7) está empregado com o sentido de **fazer uso**; por isso, a substituição do verbo por esse termo composto não traria prejuízo à coerência ou à correção gramatical do texto.
- 62 O emprego da preposição **por**, na contração “pela” (ℓ.13), indica a duração temporal da idéia expressa por “fidelidade dos cidadãos” (ℓ.12-13).
- 63 A repetição da preposição “de” imediatamente antes de “seu patrimônio material” (ℓ.15) é textualmente dispensável, mas seu emprego reforça a idéia de que essa expressão também é regida por “guarda”.
- 64 Subentende-se da argumentação do texto que a verdade absoluta é um direito de todo cidadão.

1 A mais alta corte do país tem por dever o exercício da função de guardião da Constituição, e o desempenho dessa função é assegurado por suas manifestações e decisões.

4 Contudo, a Constituição é mais do que seu texto escrito, ela é resultado de uma história constitucional e é fruto de nossas práticas cotidianas em relação a ela. A tripartição dos poderes

7 faz parte da história constitucional mundial, além da brasileira.

(...)

10 O que está em jogo é a própria idéia de Constituição, que é muito maior que seu texto, seus constituintes ou as autoridades que devem guardá-la. A democracia depende de

13 os direitos serem levados a sério por todos os cidadãos, sejam eles autoridades ou não.

Alexandre B. Costa. *Dilemas do judiciário na democracia*.
UnB Revista, dez./2003-mar./2004 (com adaptações).

A respeito das idéias e das estruturas lingüísticas do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 65 A substituição da preposição “por” (ℓ.1) pelo artigo definido masculino altera as relações de regência do verbo **ter**, mas preserva a coerência e a correção gramatical do texto.
- 66 Alteram-se os sentidos do texto mas são preservadas a coerência textual e a correção gramatical, se o sujeito da oração inicial estiver no plural, **As mais altas cortes do país**, desde que o verbo “tem” (ℓ.1) e o adjetivo “guardião” (ℓ.2) sejam flexionados no plural, como **têm e guardiães**.
- 67 O emprego da inicial maiúscula em “Constituição” (ℓ.2) é justificado pela regra que recomenda o emprego de maiúsculas para individualizar ou singularizar nomes que designem altos conceitos religiosos ou políticos, para lhes dar especial relevo.
- 68 Na linha 2, a substituição da vírgula que se segue a “Constituição” por ponto final exige a supressão da conjunção “e” e o conseqüente emprego do artigo “o” em letra maiúscula, para que seja preservada a correção do texto.
- 69 Preservam-se a coerência textual e a correção gramatical ao se substituir a expressão predicativa “é resultado” (ℓ.5) pela expressão de valor verbal **resulta**.
- 70 Preservam-se a coerência textual e a correção gramatical ao se empregar o pronome átono de “guardá-la” (ℓ.12) antes da locução verbal, desde que seja usada sua forma original, **a**, e o verbo esteja no infinitivo: **guardar**.
- 71 Na linha 13, seria mantida a correção gramatical se a locução verbal “serem levados” fosse substituída por **levarem-se**.
- 72 No último período (ℓ.12-14), o emprego do modo subjuntivo em “sejam” reforça a idéia de hipótese, ligada ao preenchimento da condição expressa por “depende” na oração imediatamente anterior.

EMENTA: Ilegal o ato de aposentadoria de funcionário público, por omitir vantagens a que ele fez jus.

VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo T.C. n.º YYY-B, ACORDAM, à unanimidade, os Conselheiros da 2.ª Câmara do Tribunal de Contas do estado, nos termos do voto do relator, que integra a presente decisão.

Considerando que o servidor fez jus à estabilidade financeira, seja com base na Lei n.º 9.892/1986, seja com base na Lei Complementar n.º 3/1990, por haver exercido a função gratificada por mais de 5 anos, sem interrupção;

(...)

Remeta-se o processo à Repartição competente, para cumprimento desta decisão.

Recife, 30 de dezembro de 19XX

(assinaturas)

Julgue os itens que se seguem, a respeito do fragmento acima, retirado e adaptado de um documento oficial do TCE/PE.

- 73 Ementas devem ser redigidas em frases nominais, razão pela qual o emprego de verbos como “emitir” e “fez jus” desrespeita as normas de redação de documentos oficiais.
- 74 O trecho suprimido e marcado por (...) deve conter, no mínimo, a decisão do tribunal.
- 75 Depreende-se do texto que a estabilidade financeira do servidor está amparada em duas leis diferentes.

1 A maioria dos direitos é formal. Os direitos fundamentais dependem, todos, da adesão incondicional à norma que os cria.

4 As formalidades são indissociáveis da democracia. Seria possível defender o recesso da liberdade, com base em argumentos substantivos, como criar condições para o desenvolvimento, combater a pobreza, garantir a segurança nacional. A aceitação do princípio de que os direitos individuais não podem ser suspensos deslegitima o

7 argumento e autoriza a resistência à desobediência.

10

A lógica jurídica é, em si, uma lógica pura, que se refere à forma e ao conteúdo das normas, não a objetivos práticos ou conseqüências concretas. Há limites para a interpretação razoável da norma constitucional, mas ela não se condiciona a questões que lhe são estranhas.

13

16 Parece filigrana, mas não é. Se a Constituição Federal não é protegida, termina por se tornar mera legislação ordinária, que se altera ao sabor das majorias que se formam politicamente, a cada conjuntura. A Constituição Federal é a proteção dos cidadãos.

19

Sérgio Abranches. *Questão de lógica*. In: *Veja*, 16/6/2004 (com adaptações).

Julgue os seguintes itens, a respeito das idéias e das estruturas lingüísticas do texto acima.

- 76 Na primeira linha do texto, seriam enfatizados “os direitos”, preservando-se a coerência textual, a correção gramatical e a idéia de não-totalidade de “direitos”, se a oração inicial fosse substituída por: Os direitos, em sua maioria é formal.
- 77 O emprego do sinal indicativo de crase em “à norma” (ℓ.3) indica que esse substantivo depende de “adesão” (ℓ.2).
- 78 Por estar iniciando oração subordinada, o emprego da preposição “de” (ℓ.8) é opcional; por isso, sua retirada não violaria as regras da norma culta e preservaria a coerência textual.

- 79 Nas linhas 12 e 13, a ausência do sinal indicativo de crase em “a objetivos práticos” indica que esse termo não serve de complementação sintática a “se refere”.
- 80 Do ponto de vista argumentativo, mantêm-se a coerência textual e a correção gramatical ao se usar, alternativamente, no futuro, o período que encerra o terceiro parágrafo: Haverão limites para a interpretação (...).
- 81 Não se usou, no texto, o sinal indicativo de crase logo antes de “questões” (l.15) porque esse substantivo está sendo empregado de maneira genérica, sem a determinação pelo artigo.
- 82 Preserva-se a correção das relações de regência no texto ao se substituir o pronome átono “lhe” (l.15) por **a ela**.
- 83 Nas linhas 17 e 18, enfatiza-se a idéia de condição ao se empregar, em lugar do indicativo “é”, o subjuntivo **fosse**; mas, nesse caso, para preservar a correção gramatical, serão obrigatórias também as mudanças de “termina” para **terminaria** e de “altera” para **alteraria**.

1 Algumas emendas constitucionais em vigor inovaram e redefiniram conceitos, e, muitas vezes, dentro desse contexto de aperfeiçoamento, significaram grandes avanços, enquanto outras, nem tanto.

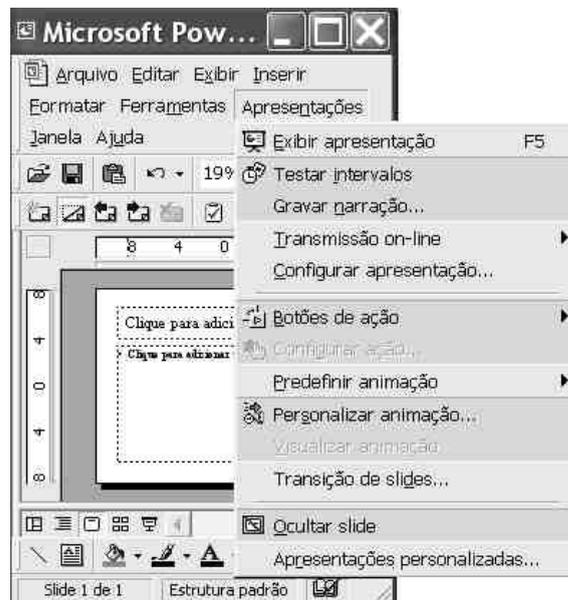
4 As estruturas dos três poderes mantêm, na essência, os modelos tradicionais das constituições passadas de 46 para cá. Outras instituições, entretanto, ganharam mais substância para o cumprimento de suas tarefas finalísticas.

7 Não basta, no entanto, que tenhamos instituições fortes. É preciso que haja, igualmente, uma sociedade participativa. A interação desta com essas instituições vitais do Estado é que vai permitir a sublimação da vontade do povo de fazer do Brasil, de fato, como queria Tiradentes, uma grande nação. Tanto mais depressa se der a consolidação dessa cumplicidade, tanto melhor será para a cidadania.

Maurício Corrêa. **Menos vereadores, certo ou errado?**
In: **Correio Brasileiro**, 26/9/2004 (com adaptações).

Tendo por base o texto acima, julgue os itens subsequentes.

- 84 Depreende-se do texto que um contexto de aperfeiçoamento nem sempre implica inovações e redefinições de conceitos.
- 85 Tanto a retirada da vírgula logo depois de “conceitos” (l.2) quanto sua substituição por ponto-e-vírgula desrespeitariam as regras de pontuação da norma culta.
- 86 Na linha 5, preservam-se a coerência textual e a idéia de pluralidade ao se substituir “As estruturas” por **Cada uma das estruturas**; mas, para que seja também preservada a correção gramatical, será necessário grafar o vocábulo “mantêm” sem acento gráfico.
- 87 Na linha 8, a substituição de “tarefas” por um sinônimo masculino que preserve a coerência textual, como **deveres**, exigiria que o adjetivo “finalísticas”, empregado em grau superlativo, fosse também flexionado no masculino: **finalísticos**.
- 88 O pronome “desta” (l.11) está empregado no feminino porque, de acordo com os sentidos do texto, refere-se à expressão “sociedade participativa” (l.10-11).
- 89 A forma verbal “queria” (l.13) está empregada no futuro do pretérito para articular-se à idéia de “vai permitir” (l.12).
- 90 No último período sintático do texto, o emprego de duas formas verbais de futuro indica que a “consolidação dessa cumplicidade” ainda não era real ao tempo da elaboração do texto.



Considerando a figura acima, que ilustra uma janela do PowerPoint 2000, julgue os itens a seguir.

- 91 Por meio da opção **Personalizar animação...**, é possível adicionar ou alterar efeitos de animação no *slide* atual, como sons e movimentação de objetos e texto.
- 92 Ao se clicar o botão , será disponibilizada a janela Localizar slide, que permite a busca de *slides* armazenados em arquivo, os quais, caso desejado, podem ser inseridos na apresentação em elaboração.
- 93 A opção **Exibir apresentação** e o botão  têm a função de executar a apresentação de *slides*. No entanto, caso a apresentação seja iniciada pelo botão referido, todas as configurações de apresentação existentes ficarão sem efeito.

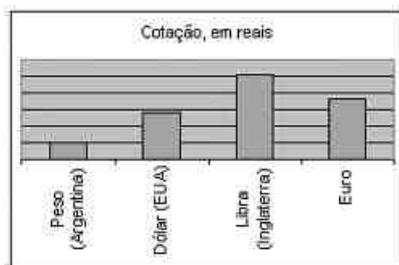
A figura acima ilustra uma janela do Excel 2000 contendo uma planilha em elaboração. Considerando essa figura, julgue os seguintes itens, relativos ao Excel 2000.

- 94 As diferentes formatações de células observadas na planilha mostrada podem ser definidas usando-se a janela Formatar células, que é acessada por meio de opção encontrada no menu **Formatar**.

95 Considere que se deseja determinar o equivalente em dólares da soma de 100 libras mais 100 reais, pondo o resultado na célula A8. Nesse caso, é suficiente realizar o seguinte procedimento: digitar $=(100/B5+100*B6/B5)$ e, a seguir, clicar .

96 Considere as seguintes ações: clicar a célula B4; clicar duas vezes sucessivas o botão . Após essas ações, a célula B4 ficará com o conteúdo 0,9362 e, caso se clique, a seguir, o botão , a referida célula ficará com o conteúdo 0,93620.

97 Considere que a figura abaixo contém um gráfico com as cotações relativas, em reais, das moedas apresentadas na planilha. Esse gráfico pode ter sido obtido por meio de procedimentos disponibilizados ao se clicar o botão .



Com relação ao sistema operacional Linux e aos seus comandos, julgue os itens subsequentes.

98 Considere a seqüência de instruções Linux abaixo, no *shell bash*, em determinado computador.

```
alias lla='ls -al |more'  
cd /usr/arquivos  
lla
```

Ao final da execução dessa seqüência de instruções, será apresentada uma lista contendo informações acerca de todos os arquivos armazenados no diretório /usr/arquivos, incluindo aqueles cujos nomes se iniciam com um ponto. Essas informações incluem, entre outros, para cada arquivo, dados referentes a permissões de acesso, ao nome do proprietário do arquivo, ao tamanho do arquivo em *bytes*, à data e ao horário da última modificação. A exibição dessa lista será interrompida quando a tela do monitor do computador estiver cheia e será reiniciada ao se teclar a barra de espaço.

99 Ao se executar o comando `chmod u-w *.f`, será suspensa, para o usuário proprietário, a permissão de remover todos os arquivos que possuem a terminação “.f” no diretório corrente em que o comando foi executado.

100 No Linux, para se realizar o *shutdown* do sistema, é suficiente pressionar e manter pressionadas as teclas ,  e . Porém, para que esse procedimento tenha o efeito desejado, é necessário que ele seja executado pelo usuário denominado *root*.



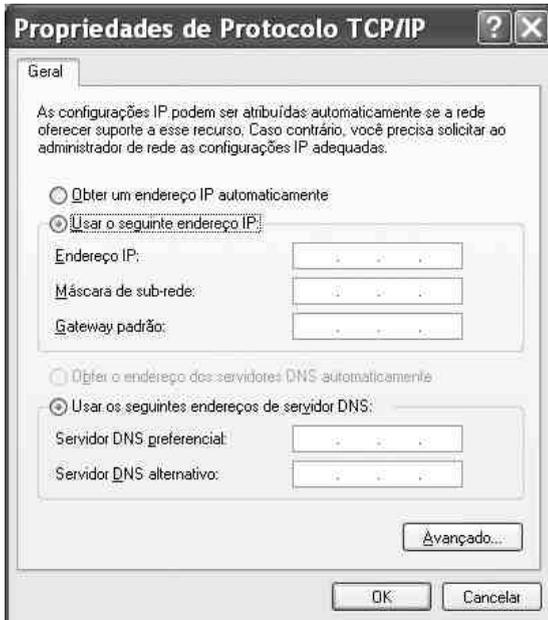
Considere que a janela do Windows XP ilustrada acima esteja sendo executada em um computador PC. Com relação ao uso dos recursos disponibilizados por essa janela e às informações nela contidas, julgue os itens seguintes.

101 As informações contidas na janela indicam que o computador em uso possui *winchester* de capacidade de armazenamento superior a 70 GB.

102 É possível que o ícone  corresponda a dispositivo do tipo *pendrive* ou do tipo *zip drive*. Caso o computador tenha nele instalado um dispositivo *pendrive*, a sua correta remoção dispensa o uso dos recursos disponíveis ao se clicar .

103 Ao se clicar , será executada a janela Meus locais de rede, que disponibiliza a pasta do Internet Explorer que contém os URLs das páginas denominadas favoritas desse aplicativo.

104 Ao se clicar o botão , será disponibilizada uma estrutura de arquivos correspondente a .



Considerando que a janela ilustrada acima esteja sendo executada em um computador PC, julgue o item abaixo.

105 Com base nas informações contidas na janela ilustrada, é correto concluir que o computador em que essa janela está sendo executada possui conexão ADSL com a Internet.

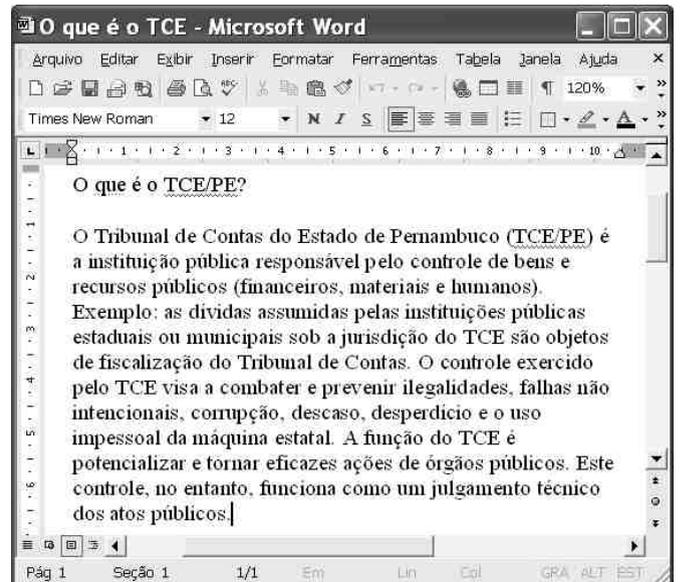
Com relação a *hardware* e *software* de computadores do tipo PC, julgue os itens que se seguem.

106 O termo Pentium 4 se refere a computadores que possuem uma quantidade de memória RAM instalada superior a 256 MB.

107 É possível encontrar atualmente discos rígidos que possuam capacidade de armazenamento superior a 20 bilhões de *bytes*.

108 Todos os discos do tipo CD-ROM funcionam por meio de gravação magnética e são lidos por intermédio de um dispositivo que lê dados usando uma cabeça magnética. Por isso, é essencial que esse tipo de disco não seja deixado próximo a aparelhos que emitem forte campo magnético, pois nessa situação poderá haver perda de dados.

109 O dispositivo denominado *modem* pode permitir a comunicação entre dois computadores por meio de linha telefônica discada.



A figura acima mostra uma janela do Word 2002, com um texto em processo de edição. Com relação a essa figura e ao Word 2002, julgue os itens seguintes.

110 Caso se clique o botão , será salvo o arquivo ativo e, caso se clique, em seguida, o botão , o Word será fechado.

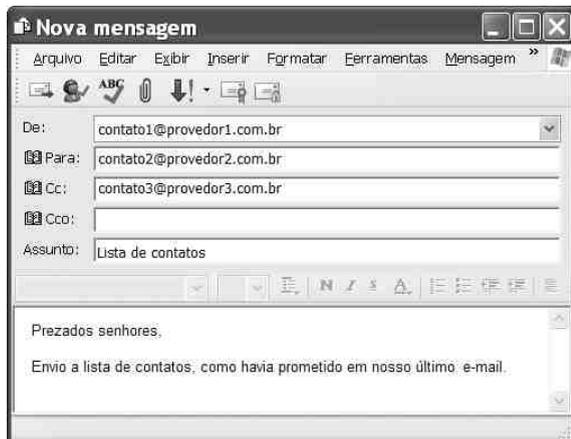
111 Para se copiar o trecho “O que é o TCE/PE?” para outro local do documento, é suficiente realizar a seguinte seqüência de ações: selecionar o trecho desejado; pressionar e manter pressionada a tecla ; teclar ; liberar a tecla ; clicar o local para onde se deseja copiar o referido trecho; pressionar e manter pressionada a tecla ; teclar ; liberar a tecla .

112 Para se imprimir apenas o trecho “O que é o TCE/PE?”, é suficiente aplicar um clique triplo em qualquer lugar desse trecho e, em seguida, clicar .

113 Ao se clicar o botão , será aberta a janela Parágrafo, que permite alterar aspectos da formatação do parágrafo, tais como o recuo e o espaçamento entre linhas.

114 Para se aplicar negrito e alterar a cor da fonte usada no título — O que é o TCE/PE? —, é suficiente realizar a seguinte seqüência de ações: selecionar o título; clicar ; clicar , localizado imediatamente à direita de , e, na tabela de cores que surge em consequência dessa ação, clicar a cor com a qual será formatado o trecho.

115 Para se abrir a janela Idioma, que permite alterar o idioma associado a um trecho de texto que esteja selecionado no documento, é suficiente clicar o botão .



A figura acima ilustra uma janela do Outlook Express 6 (OE6), na qual uma mensagem de correio eletrônico está sendo editada. Com relação à janela ilustrada e ao OE6, julgue os itens a seguir.

- 116 Ao se clicar o botão , será enviada uma mensagem de correio eletrônico a dois destinatários. Quando os destinatários abrirem essa mensagem para leitura, será enviada uma confirmação de leitura automaticamente ao remetente.
- 117 Ao se clicar o botão  e em seguida o botão , será enviada uma mensagem de correio eletrônico de forma criptografada, caso o remetente dessa mensagem tenha previamente definido uma identidade digital. Caso essa identidade ainda não esteja definida, o OE6 solicitará ao remetente que a defina.



A figura acima ilustra a barra de *menus* e de botões do Internet Explorer 6 (IE6). Com relação às funcionalidades desses *menus* e botões, julgue os itens subsequentes.

- 118 Por meio do *menu* **Ferramentas**, é possível acessar recurso do IE6 que permite, caso procedimento específico seja realizado, excluir *cookies* que porventura estejam armazenados no computador em que o IE6 é executado.
- 119 O botão  permite que se acesse e se defina a página inicial do IE6.
- 120 Ao se clicar o botão , será possível definir o tipo de conexão que se deseja realizar com a Internet em determinada sessão de uso do aplicativo.

